

RETROSPECTO é editado pelo D.A. 22 de agosto e destina-se a divulgar junto aos estudantes, matérias publicadas pelos órgãos de imprensa, principalmente as de natureza jurídica.

15 - O ESTADO DE S. PAULO

Cardeal indica professora para a Reitoria da PUC-SP

A escolha da professora Nadir Gouves Kfourri para a reitoria da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, anunciada ontem pelo cardeal D. Paulo Evaristo Arns, surpreendeu até mesmo os professores que apoiavam o seu nome para o cargo: pela primeira vez, nos 30 anos de história da PUC, uma mulher assume a Reitoria. E também pela primeira vez o cargo é dado a um representante do grupo ligado à implantação da reforma universitária da PUC — hoje a segunda universidade do Estado, com 10 mil alunos, mil professores e 18 cursos.

A professora Nadir Kfourri, de 63 anos, vai assumir o cargo em novembro. Atualmente leciona "Estrutura Básica de Serviço Social" no curso de pós-graduação de Serviço Social da PUC. Mas já foi diretora do curso, ocupou o cargo de diretora geral do Centro de Ciências Humanas e ministrou cursos junto a escolas de Serviço Social de vários Estados. Trabalhou também nas escolas de Serviço Social de Madrid e Barcelona, como perita das Nações Unidas.

Seu nome, juntamente com o de Joel Martins, era um dos mais apontados por um setor do corpo docente

da Universidade. Ela fez parte do grupo responsável pela implantação da reforma universitária na PUC, que representa também o setor que defende "uma Universidade mais aberta e atuante".

Outro grupo concorrente ao cargo de reitor, o da atual administração, tinha como candidato potencial, segundo os muitos rumores que corriam pelo campus, o vice-reitor acadêmico, Celso Antonio Bandeira de Mello. A recondução do atual reitor, Geraldo Ataliba Nogueira, ou a indicação de um nome ligado ao grupo constituído por alguns professores do antigo Sedes Sapiential e por professores da Faculdade de Direito já era considerada fora de cogitação.

O terceiro grupo da PUC também apoiava um candidato com poucas chances: segundo os comentários, ele é formado por elementos ligados a Plínio Correa de Oliveira, presidente da TFP, e ao ex-ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, que se compõem, em determinados momentos, com a ala do atual vice-governador, Manoel Gonçalves Ferreira Filho. O nome deste grupo se-

ria o do professor João Pedro Gilvao de Souza.

Apesar do grupo ligado a reforma universitária ser o que mais se aproxima das opiniões do cardeal D. Paulo Evaristo Arns sobre o papel de uma Universidade, os professores achavam pouco provável que recebesse a Reitoria. Este fato, em sua opinião, poderia criar uma crise com o corpo docente da Faculdade de Direito, que por 12 anos teve um de seus membros na Reitoria.

Por isso, todos achavam que a solução seria encontrada em um nome de fora, que fosse professor da PUC, como determinaria os estatutos, mas que não estivesse demasiadamente envolvido com nenhum desses grupos. Os nomes mais citados na PUC eram os de Carvalho Pinto, Franco Montoro e Arrobias Martins, embora este último não pudesse ser candidato, pois não é professor da Universidade.

Outro fato, que servia para engrossar as expectativas em torno desses nomes, era o de que o novo reitor deveria ter experiência administrativa. Esta seria uma condição indispensável ao candidato pois considerava-se que a crise financeira não poderia, mais uma vez, perturbar a Universidade.

Os principais problemas

Proseguir a implantação da Reforma Universitária e impedir que a crise financeira, que já começou a ser superada neste ano, leve a PUC a novas situações de impasse são as principais tarefas que a professora Nadir Gouveia Klouri precisará enfrentar, assim que assumir o cargo de reitora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a segunda universidade do Estado. Embora a PUC seja a universidade de São Paulo que sofreu maiores alterações com a reforma universitária, seus problemas para continuar esse processo ainda são muitos.

Os professores, principalmente dos cursos de Psicologia e Ciências Sociais, do curso básico e da pós-graduação afirmam que, de fato, a PUC ainda não é uma universidade integrada. "As faculdades continuam funcionando isoladamente. O Conselho Universitário delibera sem qualquer comunicação direta ou indireta com os professores e as bases da Universidade; os quatro centros (Ciências Humanas, Ciências Biomédicas, Ciências Físicas e Matemáticas e Educação), que deveriam ser as entidades mais vivas da Universidade, sofrem do marasmo crônico, não se reunindo nem dentro do limite mínimo previsto pelo Estatuto; e o Conselho, órgão de representação das Faculdades, não chegou a ser convocado em 1975; os orçamentos são feitos pelas Faculdades, isoladamente, sem planejamento global, nunca tendo sido divulgados".

Dentro da reforma universitária, a situação do ciclo básico — que na opinião de professores e alunos é o que existe de mais importante na PUC — terá que sofrer uma redefinição. No campus universitário é corrente comentário que a atual administração sempre viu com reservas o ciclo básico. Assim, as pretensões do grupo responsável pela sua implantação foram sendo progressivamente limitadas em função da chamada "adequação dos recursos financeiros" — expressão que se tornou básica durante a administração de Ataliba Nogueira.

Um exemplo disso é a mudança, por determinação da Reitoria, do esquema de trabalho dos seus professores. De acordo com o planejamento inicial, além do trabalho em sala de aula, os professores do ciclo básico, atendendo aos objetivos da reforma universitária, deveriam dedicar parte de seu horário a reuniões, planeja-

mento e avaliação conjunta. Entretanto, a administração considerou que esse sistema criaria uma situação estranha, já que os professores de outros cursos passariam toda a sua carga horária em salas de aula.

O corte de um grande número de professores, mais uma vez para equilibrar a receita e a despesa, forçou um aumento do número de alunos por classe, obrigando, ao mesmo tempo, que os professores assumissem mais classes, com consequente diminuição de suas outras atividades. A atual administração extinguiu ainda a possibilidade que os professores tinham, pelo próprio contrato de trabalho, de dedicarem parte de seu tempo para sua própria formação em nível de pós-graduação.

Se a nova reitora da PUC quiser realmente que a universidade se "abra para a solução de problemas reais", posição defendida pelo cardeal D. Paulo Evaristo Arns, terá ainda que reestudar a situação do Conselho de Ensino e Pesquisa. Depois de adiar por muito tempo a sua criação, a atual administração resolveu constituir-lo há três meses: "mas o fez de forma que se tornasse inoperante — denuncia um professor da pós-graduação — já que ele conta com 40 membros". Segundo os professores da PUC, o Conselho, previsto pela reforma universitária, contrabalançaria a centralização de decisões, pois seus membros são eleitos. Além disso, ele influiria decisivamente na definição da política de ensino e pesquisa.

A futura administração também terá que encontrar fórmulas para contornar a deterioração das relações dentro da universidade. Essa situação, apontada por um grupo ponderável de professores e estudantes, é consequência da centralização implantada na PUC. "A participação no processo de tomada de decisões foi reduzida a níveis mínimos e mesmo os chefes de Departamento que quiseram ter um procedimento democrático, foram impedidos pelo sistema vigente".

Na verdade, as reclamações contra os rumos imprimidos à PUC pela atual administração são muitas e partem principalmente dos setores ligados às Ciências Humanas. O descontentamento cresceu principalmente porque quase todo a Universidade defendia, em

princípio, a gestão de Ataliba Nogueira.

Para o vice-reitor acadêmico, Celso Antonio Bandeira de Mello, a austeridade imprimida pela atual administração foi determinada pela necessidade de obedecer ao orçamento. Ele informou que a Reitoria é autônoma para definir sua política educacional e a única limitação é do ordem financeiro — a política econômico-financeira é traçada pelo Conselho da Fundação São Paulo, entidade mantenedora da PUC.

Nem todos concordam com esse argumento. Os professores lembram, por exemplo, que enquanto vários deles eram demitidos, as salas de aula do curso de Direito foram equipadas com aparelhos de som. Enquanto cursos como o de Geografia e Língua e Literatura Francesa eram fechados, foram criadas mais dez especialidades na área de Direito, em nível de pós-graduação.

Entretanto, ninguém ignora a difícil situação financeira por que a PUC passou. Chopin Tavares de Lima, um dos membros do Conselho Administrativo e Financeiro da Fundação São Paulo (este Conselho foi criado há três anos com o objetivo de traçar uma política econômico-financeira para a Universidade), explica que a situação já começa a se estabilizar. Depois de sucessivas crises, que levaram ao atraso no pagamento de professores, a PUC contratou um empréstimo de 60 milhões de cruzeiros com a Caixa Econômica Federal, para ser amortizado num prazo relativamente longo.

O Conselho Administrativo e Financeiro, entretanto, apenas estabelece o orçamento e faz recomendações. A aplicação da verba, lembra Chopin Tavares de Lima, é competência do reitor. Uma das recomendações feitas pelo Conselho, por exemplo, foi a racionalização de pessoal: "Apesar de ser excelente termos um maior número de professores, era preciso adaptar as condições da PUC à realidade. Quem cortar, é da alçada exclusiva do setor pedagógico, da Reitoria".



Para montar o quadro geral (com lacunas, resulta) da década de 60 do Movimento Estudantil da PUC, apelamos para a memória dos Pe. Enzo, Marquês (rôta de Luis Travassos), Henrique Suster (ex-presidente do CA S. Bento e coordenador do TUCA, grupo e acadêmicos), Cláudio (ex-presidente do DCE), Elizabeth Carrara (ex-vice-presidente do CA "22 de Agosto"), Lili (ou Eliam Gouveia, ex-estudante de Ciências), Elisei (ex-vice-presidente do CA S. Bento), Nagamine (ex-secretário da S. Bento). Também utilizada entrevista com José Dirceu (dada a Bruno Biecher e publicada em 80 no Porandubas) e as edições da Revista da PUC. Agradeco a todos (BC).

A DANÇA DAS CABEÇAS

Os anos 60 remetem para as cabeças, mundo allora. A pílula, Tropicalismo, Primavera de Praga, Beards e Woodstocks, João 23, Cinema Novo e CPC, os festivais da Record, Maio de 68 na França, Concílio Vaticano 2º, Mini-Sala, os "Padres de Passagem", a luta armada e (last but not least), a Renúncia do Jânio, o Golpe de 64 e o AI-5 em 1968.

Na PUC o negócio foi o seguinte. A década começou com uma re-articulação da Faculdade S. Bento, com Pe. Enzo assumindo a directoria em 61. Ele chamou o Nagamine para secretário e já começaram a esboçar uma reforma que deveria atingir a universidade (que na época não existia, era cada faculdade pro seu lado, a Reitoria nem mandava nem aparecia e o que valia era o Diretor). Na S. Bento começou-se a diminuir o poder dos católicos, com todo o corpo docente. Enzo logo aumentou os cursos, chamou professores jovens vindos da JUC, apertou no vestibular que era uma moeda e conseguiu atrair mais gente. A Fac. Paulista de Direito, que tinha muito prestígio, não mexeu na estrutura, sendo seu expoente o "Manaco" (Manoel Gonçalves Ferreira Fº, ferrenho anti-comunista). "O único que se salvava era o Monteiro, lembra José Dirceu, tanto do ponto de vista intelectual como jurídico, se não me engano". Dia 25/2/61 a PUC deu o título de "Doutor Honoris Causa" para o Dr. Schultz Wenk, presidente da Volkswagen.

Em 63, como resultado de cursos de extensão em Psicologia Clínica, do Trabalho e Educacional, surgiu o curso de Psicologia da S. Bento, que durava 6 anos. Idealizado por Enzo Anzi o curso começou com proposta renovadora, iniciando novo tipo de relação professor-aluno.

A construção do TUCA esquentava as turbinas (foi inaugurado em agosto de 65) e os alunos já reclamavam do desvio de verba para um "elefante branco". Aliás, a S. Bento era discriminada na Tesouraria porque não dava lucro, o que não acontecia com o Direito. Por sinal, eram muito comuns atrasos de pagamento de professores de até 3 meses mas

naquele tempo eles não reclamavam muito.

Em fevereiro de 64, invadiram a reitoria uma semana antes do Golpe, a Reitoria foi invadida. O reitor era D. Antônio Maria, que morava em Campinas. Quem mandava ainda era o Pe. Vitor Nickelburg, numa estrutura tribal. Os estudantes estavam descontentes com a mentalidade, discutia-se a situação das Integradas e das Agrregadas (estas tinham fundações próprias, muito deficitárias) e o curso de Serviço Social masculino foi expulso sem aviso para dar lugar ao curso noturno de Economia. O governador, Adhemar de Barros (pai), queria usar a Força Pública para desalojar os estudantes. José Serra, presidente, da UNE entrou em contato com Jango que mandou tropas do exército acantonarem próximo ao campus, com ordem de intervir em favor dos estudantes. O Dr. Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, acabou sendo corrido para Reitor pelo Grão-Chanceler, cardinal Mota, com total apoio dos 12 representantes estudantis no Conselho Universitário. "Bandeirinho" ficou oito anos na Reitoria e comenta-se que foi de suas mãos que a PUC nasceu como Universidade.

Em agosto de 65 foi a inauguração do Auditório Tiliúria, logo ocupado pelo grupo de teatro dos estudantes, o TUCA, que dia 11/setembro daquele ano entrou a peça "Morte e Vida Severina". Em maio/66, em Nancy, França, o grupo venceu o Festival Internacional de Teatro Universitário.

Nova invasão da Reitoria, em julho de 68, comandada por José Dirceu. "Bandeirinho" espertamente, não ligou, os estudantes perderam as férias, a turma de Direito despeitada por não ter sido convidada foi contra o movimento foi vencido pelo cansaço. Acabaram devolvendo a chave da PUC ao cardinal Mota.

ATIVIDADES DOS CAs

Nessa década, a PUC tinha reduzido número de alunos: 8 mil, distribuídos em 12 institutos, e mais 13 mil ex-alunos. A coisa e o clima comunitário eram grandes em todos os níveis. Dom Mota chegou a prestigiar em 1960 a inauguração da biblioteca do CA "22 de Agosto", que mantinha o serviço de apostilas, um jornal mensal e uma revista, feita de livros departamento social, atlética e despo. jurídico. O CA S. Bento também promovia atividades para os calouros, debates políticos e científicos - a Reforma Universitária era assunto sempre presente e até o Pré-Filo, curso pré-vestibular. O CA Páris era muito politizado, pois o curso era novo e tinha idéias novas. Em geral, os CAs mantinham atividades junto aos movimentos populares, utilizando o reboto Paulo Freire - grande novidade é pouco em cursos de alfabetização.

Inclusive Nagamine, que era funcionário, e Lucrécia, que era professora (e de AF), tiveram contato com Paulo Freire nas experiências de Angicos e de Natal e mais tarde desenvolveram trabalhos em Osasco e no litoral paulista. Pe. Enzo deu cobertura e o grupo Folhas financiou algum equipamento. As lideranças estudantis falavam muito numa aliança sindical-estudantil-camponesa. Entre si, os CAs eram muito desarticulados e quase que só se encontravam no Conselho Universitário, onde junto com o DCE, tinham representantes.

ME NO GERAL

Até 67 o Movimento Estudantil no Brasil (ME) ainda estava estruturado nacionalmente. Embora sem dispor de DDD, deflagrou-se greve geral dos estudantes do país em um dia, já que as ordens eram passadas rapidamente às bases. Além de UNE, UEEs, DCEs e



CA's organizados, havia ainda as Executivas Nacionais, que reuniam os estudantes por áreas profissionais, tendo na base os Centros de Estudos, ou "centríneos", onde se tratava da regulamentação das profissões, da organização de reuniões nacionais.

Depois do Golpe, o ME em boa parte se baseou nos estudantes da PUCSP, já que a USP estava muito reprimida, o Mackenzie era de direita e a Igreja dava cobertura. Diretorias da UEE e da UNE tiveram constantemente estudantes da PUC.

As bandeiras de luta eram a oposição à ditadura, ao imperialismo, a defesa da libertação latino-americana e a denúncia do acordo MEC-USAID. A nível universitário a briga era contra a Lei Suplicy que procurava abrelar os CAs transformando-os em DAs (Diretórios Acadêmicos) para cujas diretorias era-se obrigado a votar, sob risco de perder o ano. A Lei Suplicy foi derrubada na prática em 66-67 com uma bem-sucedida campanha de abstenção ou então com o "jeitinho" de eleger a diretoria do DA que depois doava verba e sede para o CA, ou ainda através da coexistência das duas diretorias mas com um tesoureiro comum...

REPRESSÃO

A resistência ao Golpe, num primeiro momento, foi sustentada pelos veteranos de 62, 63, o que determinou continuidade do movimento, mesmo porque a repressão mais forte começou em 68. Havia muito boato de listas de detenções, ameaças. Havia permanentemente gente estranha pelo campus da PUC. Sabia-se da existência dos dedo-duros. Os murais, muito utilizados volta e meia tinham artigos arrancados. Comentava-se que estavam nos arquivos do DOPS. A repressão legal, além da Lei Suplicy, ficava por conta do Decreto Lei 477 - espécie de AI-5 do estudante, que proibiu a atividade política da categoria.

Beth Carrara lembra que o "22 de Agosto" soltou um jornal tendo um garfo na capa, poucos dias antes da

ANOS



decretação do AI-5 (em 1968). Logo em seguida, a polícia invadia o CA, que ficava onde hoje é a Fac. Comunicação e Filologia. A partir daí, o CA mudou de estratégia, promovendo cursos de extensão e especialização, ajudados pelos jovens professores Bandeirinha e Ataliba. Parece que estes e outros cursos resultaram depois no Pós-Graduação. Depois de 68 o clima ficou muito pesado, neurótico mesmo, dentro das Universidades.

PARTIDOS E CORRENTES

Em quase todas as Universidades havia partidos internos. Os estudantes de Direito mantiveram vivos desde a década anterior o PIU (direita) e o PODA (esquerda) e, com Eugênio Monteiro à frente, inventaram o PIRA, da esquerda católica.

60

escondiam sua filiação à TFP, suas ligações com o CCC (Comando de Caça aos Comunistas), à organização para-religiosa Opus Dei, à revista *Concórdia* e ao IBAD, "instituto" que repassou recursos para o Golpe. Alguns prediletos da reação na PUC eram "Monsenhor Vermelho" (Pe. Enzo) e "Rasputin" (Nagamine).



A hegemonia na PUC era da AP, que nasceu da JUC mas após um doloroso parto, acabou se separando. Por volta de 63 a JUC estava em estílo, tornando-se uma corrente de força. A Igreja não tinha resposta para o momento político, não saía do esquema PDC e não via além da sua Doutrina Social, produzida no Vaticano. Nos primeiros anos da década, a JUC tinha o PCB como adversário e a AP acabou sendo a saída para os descontentes dos dois lados. A AP foi uma versão leiga da JUC e teve seu auge entre 63 e 66, quando seus membros detinham postos-chave em todas as instituições legais.

Marijane identifica algumas fases na AP: Até 65 ainda prevalecia a influência católica, fazia-se em Terceira de Chardín. Ainda havia uma certa identificação e, portanto, alguma liberdade individual. Após o Golpe, a AP ainda conseguiu manter sua articulação.

Muitos atribuem à AP o sucesso de "Morte e Vida Severina", que em muitos aspectos teve muito de movimento político, sendo um espaço possível de encontro e denúncia. Seus mentores - Roberto Freire, Sínei Siqueira e Ferraz e muitos de seus atores e colaboradores eram estreitamente ligados à AP. Ela funcionava na base de "células", usando textos de debate e promovendo cursos nos dominicanos. Dividiam-se seus militantes em "ampliação" (gente com aderência maior) e "área próxima" (simpatizantes).

Até 67, prevalece a linha cubana, defendida por Altino Dantas. Lia-se e discutia-se muito os textos de Che, Régis Debray, Althusser. Os católicos foram expulsos ou então se tornavam marxistas. Começavam-se a treinar para a luta armada, aprendia-se a fazer coquetéis Molotov. A luta armada foi o divisor de águas.

A partir de meados de 68, o ME já está descaracterizado, sendo cenário de quadros para a clandestinidade que aumentou com a repressão geral aos

movimentos de massas. A AP manda gente para a China, fala-se em revolução cultural, preparam-se as guerrilhas. São líderes nacionais da AP, o Betinho (irmão do Henfil) em Belo Horizonte, o Jean Marc e o Aldo Arantes no Rio e o Travassos e Flávio A. Sampaio em S. Paulo.

Em 71-72, a AP racha. Aldo Arantes e José Carlos Guedes foram para o PC do B e Paulo Wright e Hooestino criam a AP marxista-leninista.

O PCB conhece pelo menos duas dissidências. A primeira parte da crítica à tibia atuação do partido diante do Golpe, numa atitude reformista. Estes críticos foram expulsos. Com a questão da luta armada, vem a segunda dissidência, o PCBR ("R" de Revolucionário), que adere à ALN de Marighella.

Capítulo à parte eram as assembleias fora de atenção dos partidos. Muito mais preparadas e manipuladas do que hoje, as assembleias eram um verdadeiro teatro, com rachas fictícios, listas questionáveis de ordem, sinais convencionais para se comandar as cotizações. A rotina cotidiana era ocupar espaços, nem que fosse o de tomador de conta das bolas de Atléica. Um dos especialistas em controlar plênários era o Suster, que tinha total intimidade com os meandros do regimento interno das Assembleias, que em boa parte lotavam a sala 28. A S. Bento adorava realizá-las, sempre muito concorridas.

REFORMA UNIVERSITÁRIA

Desde o início da década, além do descontentamento, os estudantes faziam também em reforma universitária. A questão acadêmica pegou fogo em 68, pois o ensino era considerado muito ruim. Nagamine e os professores Joel Martins e Casemiro dos Reis F.º haviam feito no ano anterior um documento, "Estudos Básicos para a re-estruturação da PUC". Por coincidência, o MEC solicitou no mesmo momento sua proposta de reforma universitária, o que valeu aos autores do "Estudos Básicos" a fama de pegueiros do MEC-USAID.

Em todo caso, 68 começou com experiências de paridade, defendida com veemência por duas estudantes de psicologia, a Têia (da S. Bento) e a Catarina Meloni (da Sede). Professores e alunos em conjunto criavam "projetos de ação", havia cursos paralelos e complementares às aulas dos catedráticos. As paritárias projetavam experiências pedagógicas e a Reforma Universitária.

Em 69, responderam a inquérito com base no DL 477, o Nagamine, Maluf, Suster, Azzi e um certo Guilherme Dutra. A Reforma Universitária produzida pela PUC se implantou em 71 e 72, baseando-se no Ciclo Básico e no Pós-Graduação.

CORAÇÃO DE ESTUDANTE

Como sentiam, como pensavam os estudantes? Os líderes começavam estudando muito, sendo bons alunos, e se preocupando com os destinos da Universidade. À medida do seu engajamento, era obrigado a largar o curso. Segundo Dirceu, o ME produziu uma grande revolução de costumes, ao romper com uma estrutura moral e a seguir social e cultural. Sem o ME, diz Dirceu, não teria havido Tropicalismo. Cinema Novo pois os estudantes se integravam com os artistas. Beth Carraza diz que a preocupação cultural era mesmo maior que atualmente (ela fez a cena dos "irmãos das almas" no

TUCA, foi a Nancy e até hoje tem sobras da emoção incontrolável daquele momento).

A tentativa da "Reação" era desmoralizar o jovem no plano...moral. Dirceu lembra que após a invasão policial do CRUSP, os anticoncepcionais figuravam com destaque no meio do material subversivo... Aliás, a chamada revolução sexual apenas enganava. Questões nesta área geravam muito escândalo. Em 65 as mais afobas foram proibidas de vir às aulas de calça comprida. Pois passaram à mini-saia, também proibida. Resultado: conquista da licença para a calça comprida... Meio notavelmente alguém lembrou de um famoso pé-de-amor, no fim do campo de futebol (hoje Prédio Novo), onde os casais enamorados iam colher frutos...

A grande cortição era mesmo discutir nos bares política e os rumos nacionais. O Bar S. José, ou "Cardoso" (esquina de Monte Alegre com Caluhy) estava no auge. A forte mentalidade anti-burguesa fazia com que os poucos que tinham carro estacionassem longe do campus, para não dar na vista. Lia-se Hermann Hesse, Garuday e Mounier, este objeto de muitos grupos de estudo. Segundo José Dirceu, a questão de "ir para a luta armada" não era discussão pública mas decisão individual.

ALGUMAS PESSOAS

São lembradas mais ou menos imprecisamente algumas lideranças da época. Luís Travassos, entrou em 65 na Fac. Direito, já sendo membro do DCE do Ciampa. Era da AP e tinha participado da JEC e da JUC. Em 66 foi presidente do DCE e no ano seguinte da UEE. Em 68 foi presidente da UNE, no Rio, onde foi "podado" pela dissidência do PCB, mas conseguiu abrir seu espaço. Pessoalmente era uma pessoa simples, de físico franzino, extremamente habilidoso e paciente, conseguindo reunir os opositos porque não era secretário. Depois de preso em 66, foi trocado em 69 pelo Embaixador Americano (Diretor também) e foi para México, Cuba, Chile e RFA. Voltou em 70 no Brasil e morreu dia 24/2-82.

José Dirceu entrou para o Direito em 65 e, segundo dizem, ainda não era muito politizado. Em 67 foi presidente do CA e em 68 disputou a UEE com Catarina Meloni (da AP). Dirceu era da dissidência do PCB. Em 68 foi preso em Ibiúna e exilado em Cuba até 69. Hoje é secretário regional do PT.

Antônio Ciampa foi presidente do Centro de Psicologia em 63 e da Executiva Nacional de Psicologia. Presidente do DCE em 64-65, era da AP. Na sua gestão e por sua ação, apareceu o TUCA. No DCE dos anos 60 ainda teve o Camilo Cintra, o Travassos, Nelson Cardoso, Antônio Xavier, Maluf, Barreto.

No CA B. Bento, atuaram o Antônio Xavier, depois presidente da UNE substituindo José Serra. O Elinei foi vice do CA e presidente da Atléica, junto com o Juraci (marido da Vera). Maluf, Jura, Elinei, Ciampa, Suster, a Teca e outras meninas não lembradas estavam em todas as comissões e conselhos. Teve também o Carlos Luís Gonçalves e a Rosemary, que foi secretária do CA e sumiu em 68. No CA "22 de Agosto" teve o Funari, mais tarde presidente da UEE. O Ricardo Izar, do PDS, foi presidente do "22", que teve como outros presidentes o Bonuati, o Osmar, Beth Carraza foi vice.



Na São Bento o espectro era mais ideológico, convivendo nem sempre pacificamente a JUC, o PCB, a Ação Popular (AP) e a "Reação" (apelido da direita). A reação era muito forte e ligada aos catedráticos, que não

Porandubas

R. Monte Alegre, 984 - cep. 05014
Tel. 263.8211 ramal 227

Equipe: Jorge Claudio Ribeiro (M. Th. 11.630)

Roberto C. Barreiro P.º (M. Th. 3.038)
Edison Mendes de Almeida (M. Th. 15.237)

Diagramação: Mauro Laguna
Composto e Impresso: Editora AJA



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
REITORIA

13 NOV 11 05 22 038304
PROTOCOLO CENTRAL

ATO DA REITORIA Nº 64/79

URGENTE

A Reitoria da Pontifícia Universidade de Católica de São Paulo, no uso de suas atribuições,

- Considerando a necessidade de a Universidade possuir um órgão em que os problemas, soluções e projetos referentes aos interesses da comunidade universitária possam ser discutidos, encaminhados e avaliados, com participação dos corpos docente, discente e administrativo;
- Considerando que os nossos Estatutos Gerais prevêem a criação de um Conselho Comunitário (art.153 a 155);
- Considerando que a implantação do sobredito Conselho, deve ser precedida por um trabalho preliminar de levantamento e enucleação das propostas nascidas da própria comunidade e que, por iniciativa dos Vice-Diretores Comunitários do Campus da Monte Alegre, já existe um Grupo, trabalhando há quase um ano, no estudo dos problemas comunitários referentes aos funcionários, professores e alunos daquele Campus;
- Considerando que na reforma, ora proposta, dos Estatutos da Universidade há necessidade de se discutir especificamente o aspecto comunitário, seja ao interno da Universidade, seja no seu relacionamento com a sociedade,

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir no Campus da Monte Alegre, como primeiro passo para a instalação do Conselho Comunitário propriamente dito, uma Comissão Comunitária, com membros oriundos dos três Centros que compõem o campus e representativos dos corpos docente, discente e administrativo.

Art. 2º - Caberá à esta Comissão Comunitária, à luz dos considerandos acima expostos, dar sequência aos trabalhos.

./.



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
REITORIA

.2.

lhos já iniciados, a fim de chegar a propostas efetivas no que diz respeito aos interesses diretos da comunidade universitária, bem como na revisão dos Estatutos em tudo o que se refere a assuntos comunitários.

Art. 39 - Esta Comissão, presidida pelo Vice-Reitor Comunitário, será composta dos seguintes membros:

1. Pelos Vice-Diretores Comunitários dos Centros de Educação, Ciências Humanas e Ciências Jurídicas, Econômicas e Administrativas, respectivamente, os Profs. José Alberto Montenegro Castello, Marcos Tarciso Masetto e Francisco de Assis Gandolpho.
2. Pelos membros das entidades:
 - AFAPUC Maria Silvia Lauandos
..... Mariano Sansão dos Santos
..... Odilon Ribeiro Junior
 - APROPUC Vera Vieira
 - DCE-LIVRE .. Eliandre Martini
3. Pelos representantes docentes das Faculdades:
 - PÓS-GRADUAÇÃO Profa. Lucrécia D'Alessio Ferrara
 - FONAUDIOLOGIA Profa. Margarida Maria Moreira da S. Couto
 - PEDAGOGIA Profa. Leonor Lopes Fávoro
 - CIÊNCIAS SOCIAIS.. Profa. Bader B. Sawaia
 - COMUNICAÇÃO E FILOSOFIA Profa. Laís Furquim de Azevedo
 - DIREITO Prof. Wagner Balera
 - ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO Profa. Marly Cavalcanti
 - PSICOLOGIA Profa. Marcia Regina Savioli
 - SERVIÇO SOCIAL ... Profa. Maristela Gasbarro Marques
 - INSTITUTO DE ESTUDOS ESPECIAIS Profa. Sonia Barros
4. Pelos representantes dos Alunos (Centros Acadêmicos):

./.



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
REITORIA

.3.

- DIREITO Eduardo F.C. Fernandes
- FONOAUDIOLOGIA Maria Luiza G. Castello
- PEDAGOGIA José Carlos Picolo
- PSICOLOGIA Maria Luiza Santa Cruz
- CIÊNCIAS SOCIAIS ... a ser indicado
- COMUNICAÇÃO E FILOSOFIA a ser indicado
- ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO a ser indicado
- C.E.R.P. a ser indicado

5. Pelos representantes de órgãos de interesse comunitários:

- CREPUC Profa. Marlene Paro
- SEC/TUCA Profa. Samira Chalhub
- COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTES Prof. Dilofredo A. Chagas
1 representante das Atléticas a ser indicado
- UNIPUC 1 representante a ser indicado
- COMISSÃO FISCAL DO RESTAURANTE a ser indicado.

Art. 49 - Este ato entre em vigor nesta data.

São Paulo, 22 de outubro de 1.979

Nadir Gouvêa Kfourri
Nadir Gouvêa Kfourri
Reitora

Casemiro dos Reis Filho
Casemiro dos Reis Filho
Vice Reitor Acadêmico

Armando João Caropreso
Armando João Caropreso
Vice Reitor Administrativo

João Edênio Reis Valle
João Edênio Reis Valle
Vice Reitor Comunitário

MULHERES BRASILEIRAS APOIAM MÃE DOS DESAPARECIDOS ARGENTINOS.

Convocamos as mulheres de S. Paulo à participar da manifestação pacífica de solidariedade às mães argentinas da Praça de Maio, motivada pela presença, no Brasil, do General Videla.

As mulheres brasileiras não podem deixar de dar seu irrestrito apoio a essas mulheres que se reuniram espontaneamente para exigir das autoridades de seu país o esclarecimento dos inúmeros casos de desaparecimentos lá ocorridos que chegam a quase 26.000. Quando a repressão também se abate sobre elas cujo único crime é chorar os seus mortos, em mais uma violação dos direitos humanos mais elementares, nos associamos às numerosas Entidades Internacionais que as indicaram para o prêmio Nobel da Paz.

Solicita-se, aquelas que puderem fazê-lo, que compareçam de negro com lenço branco na cabeça exatamente como as Mães da Praça de Maio.

LOCAL : ESCADARIAS DO TEATRO MUNICIPAL

DIA : 22.08.80

HORA : 16:00

MÃES CHORAM SEUS MORTOS E DESAPARECIDOS VÍTIMAS DAS DITADURAS-MILITARES!

PRÊMIO NOBEL DA PAZ ÀS MÃES DA PRAÇA DE MAIO!

SOLIDARIEDADE DAS MULHERES CONTRA CUMPLICIDADE DAS DITADURAS!

FORA VIDELA!

Entidades que apoiam o ato:

- FRENTE DE MULHERES FEMINISTAS;-ASS. DAS MULHERES; - P.T.;- APEOSP; -
- GRUPO NÓS MULHERES;- SOC. BRASIL MULHER;-CENTRO DA MULHER BRASILEIRA;
- GRUPO AÇÃO LÉSBICA-FEMINISTA;-COMISSÃO PRÓ FORMAÇÃO DO DF-FMDB; -
- MULHERES-LIBERDADE E LUTA;-MULHERES-CONVERGÊNCIA SOCIALISTA; -
- MULHERES-JORNAL "O TRABALHO"; - C.B.A.-S.P.;-DA-FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ;
- DEPTO. FEMININO- DCE USP; ADUSP; - CA - DIREITO -PUC.